2 - Indicar no carimbo a seguinte declaração: Declaro sob as penas da Lei que o desenho apresentado representa fielmente o terreno e as construções nele existente na data de 04/05/1994.

3 - Indicar zona e categoria de uso,

4 - Indicar legenda em planta/cortes das áreas regulares e a regularizar,

5 - Colocar escalar (1:100),

4 - Apresentar anuencia dos vizinhos, com titulo de propriedade, rg e cpf, iptu comprobatorios,

5 - O não atendimento no prazo de 60 a contar da data de publicação em Doc, ensejara no indeferimento do pedido,

6 - Atendimento tecnico somente com agendamento: 3397-0830,

7 - Atendimento expediente seg a sexta, preferencialmente das 10 as 16hs.

Documento: 081380475 | Comunique-se

6060.2023/0000425-0 - Publicações Oficiais

Interessados: JUAREZ DE ANDRADE

Ref processo físico nº 1994.0106.289-7

&COMUNIQUE-SE: Concedido prazo para atendimento, 60 dias a contar da data de publicação em DOC.

Companhia Metropolitana de Habitação

DIFIN/Gerência de Planejamento e Controle Financeiro

Documento: 081385226 | Despacho Autorizatório

À vista das informações constantes no Processo SEI 7610.2021/0002160-8, e em especial as manifestações de fls. nº 081382216, que acolho, AUTORIZO, o empenho a favor de TERRA NOVA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ nº 07.461.206/0001-68, para pagamento prestação dos serviços especializado para remoção e ensaios de caixilhos de aço existentes; fornecimento, ensaios e instalação de novos caixilhos em alumínio com recomposição de alvenaria de revestimento e de pintura nos Conjuntos Habitacionais Santa Etelvina I VI-A e Barro Branco II - B, com fundamentação legal na Portaria nº 008/23-COHAB-SP, de 04 de Abril de 2023 (081065232), no Decreto Municipal nº 62.147, de 16 de janeiro de 2023, nas Leis Federais 13.303/16, 4.320/64 e suas alterações e na Legislação Municipal vigente.

Em decorrência, emita-se nota de empenho no valor de R$ 2.113.000,00 (Dois Milhões e Cento e Treze Mil Reais), e demais empenhamentos e/ou cancelamentos necessários durante o exercício de 2023, que deverá onerar a dotação 91.10.16.482.3002.3.353.4.4.90.39.00.08.1.759.8011.0.

São Paulo, 11 de abril de 2023

Documento: 081383561 | Despacho Autorizatório

À vista das informações constantes no Processo SEI 7610.2022/0001325-9, e em especial as manifestações de fls. nº 081380995, que acolho, AUTORIZO, o empenho a favor de SANED ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS S.A, CNPJ 68.976.224/0001-77, para pagamento de serviços de reforma, manutenção e conservação do C.H. IV Centenário, localizado na Rua Joana Avancini Prado, composto pelo condomínio n° 739, Jd. Primavera-São Paulo/SP, com 184 unidades nos blocos 8, 9, 10 e condomínio n° 255, com 88 unidades, totalizando 266 unidades habitacionais, com fundamentação legal na Portaria nº 008/23-COHAB-SP, de 04 de Abril de 2023 (081065232), no Decreto Municipal nº 62.147, de 16 de janeiro de 2023, nas Leis Federais 13.303/16, 4.320/64 e suas alterações e na Legislação Municipal vigente.

Em decorrência, emita-se nota de empenho no valor de R$ 1.870.129,63 (Um Milhão e Oitocentos e Setenta Mil e Cento e Vinte e Nove Reais e Sessenta e Três Centavos), e demais empenhamentos e/ou cancelamentos necessários durante o exercício de 2023, que deverá onerar a dotação 91.10.16.482.3002.3.353.4.4.90.51.00.08.1.759.8011.0.

São Paulo, 11 de abril de 2023

Documento: 081359791 | Despacho Autorizatório

Objetivando atender às necessidades de pronto pagamento da Gerência Jurídico Contencioso, conforme Processo SEI nº 7610.2023/0001309-9 e baseado nas disposições legais atinentes à matéria, em especial o artigo 2º, inciso I e VIII da Lei 10.513/88, bem como os artigos 1º, 4º e 5º do Decreto 48.592/07 e Portaria SF 151/2012, AUTORIZO, de acordo com a Portaria nº 008/23-COHAB-SP, de 04 de Abril de 2023 (081065232), o Decreto Municipal nº 62.147, de 16 de janeiro de 2023 e Norma COHAB/GAFIN P-059, a concessão de adiantamento em nome do funcionário JOSÉ ALBERTO SILVEIRA PRAÇA NETTO, RE nº 8505-7, CPF nº 286.144.728-11, referente ao mês de Abril de 2023, com a emissão de Nota de Empenho, de Liquidação e de Pagamento no valor de R$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais), onerando a dotação 83.10.16.122.3024.2.611.3.3.90.39.00.09.1.501.9001.0.

São Paulo, 11 de abril de 2023

São Paulo Urbanismo

Presidência

Documento: 081237355 | Despacho Autorizatório

I - À vista dos elementos contidos nos autos dos processos SEI n.º 7810.2023/0000445-3 e 7810.2023/0000428-3, especialmente as manifestações técnica (SEI n.º 080379666) e jurídica (SEI n.º 080467128) e o quanto deliberado pela Diretoria Executiva da São Paulo Urbanismo através da Resolução de Diretoria n.º PRE 05/2022 (SEI n.º 080619613), com fundamento na Norma de Procedimento NP - 15 e para atendimento do quanto disposto no artigo 9º do Decreto municipal n.º 62.147/2023, **AUTORIZO** a emissão de Nota de Empenho no valor de R$ 3.889,76 (três mil oitocentos e oitenta e nove reais e setenta e seis centavos), conforme Requerimento de Viagem (SEI n.º 080634209), onerando a dotação n.º 05.10.15.122.3024.2.100.3.3.90.14.00.09.1.501.9001.1, nos termos da Nota de Reserva no sistema SOF n° 90/2023 (SEI n.º 081069068), para pagamento de diárias ao sr. Presidente, Cesar Angel Boffa de Azevedo, relativas a viagem a serviço à cidade de Barcelona, Espanha, no período de 28 a 29/03/2023, para participar como convidado do ICOUL no evento 3º Congresso Internacional de Paisagem Urbana;

II - PUBLIQUE-SE

III - Após, a DAF/GFI para emissão de respectiva Nota de Empenho e demais providências que julgar necessárias.

Cesar Azevedo

Presidente da São Paulo Urbanismo

Gerência de Gestão Participativa

Documento: 081225018 | Ata

SEI 7810.2020/0000114-9

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO GRUPO DE GESTÃO DA OUC ÁGUA BRANCA

Às 17h10, do dia 20 de junho de 2022, excepcionalmente por videoconferência, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, na qualidade de Coordenador do Grupo de Gestão, toma a palavra, cumprimenta cordialmente os presentes e inicia, em primeira chamada, a 33ª Reunião Ordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca - OUCAB. Segue com a apresentação da pauta proposta: Expediente: I. Verificação de Presença; II. Posse aos membros eleitos do Grupo de Gestão da OUC Água Branca, nomeados conforme Portaria 146, de 26 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da Cidade em 27 de agosto de 2022. III. Leitura e Aprovação da ata da 32ª Reunião Ordinária (21/03/2022) do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca. Ordem do Dia: I. Aspectos Financeiros: a. Quadro Financeiro; b. Execução Orçamentária 2021; c. Execução Orçamentária 2022; II. Andamento das intervenções: a. Drenagem do Córrego Água Branca; Drenagem Complementar do Córrego Água Preta; Prolongamento da Av. Auro Soares de Moura Andrade; Ligação Viária Pirituba-Lapa; Subsetor A1; Levantamento do Patrimônio Cultural; III. Informes: a. Contratação do Estudo de Viabilidade Econômica e Financeira - EVEF da OUCAB; b. Complementação da liberação de recursos de outorga onerosa (4%) - R$15.526.102,32; c. Situação da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN Lei Municipal nº 17.561/2021; d. Retorno ao GGOUCAB sobre a reserva de recursos destinados à aquisição de terras para a produção de HIS (Lei nº 15.893/2019, art. 12, § 4º) - Processo SEI nº 7810.2022/0000562-8; e. Retorno ao GGOUCAB sobre questionamentos referentes às áreas públicas do Setor A; f. Projeto de Intervenção Urbana - PIU Polo Intermodal Barra Funda. **Sr. André Gonçalves dos Ramos**, representante suplente da São Paulo Urbanismo - SPUrbanismo, faz a verificação de presença, constando os seguintes representantes: José Armênio de Brito Cruz, representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL; Bruna Maria da Rocha Ferreira Almansa Lopes, representante titular da São Paulo Urbanismo - SPUrbanismo; André Gonçalves dos Ramos, representante suplente da São Paulo Urbanismo - SPUrbanismo; Marina de Camargo Campos, representante titular da Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB; Patricia Maria Drago, representante suplente da Secretaria Municipal da Fazenda - SF; Erika Valdman, representante titular da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Lucia Noemi Simoni, representante suplente da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente; Patricia Maria Drago, representante suplente da Secretaria Municipal da Fazenda; Antônia Ribeiro Guglielmi, representante titular da São Paulo Obras - SP Obras; Alexandre Marques Nogueira Cobra, representante suplente da São Paulo Obras - SP Obras; Maria Elena Ferreira da Silva, representante titular da Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste; Jupira Cauhy, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana; Marcia Silva, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana; Monica Fátima Ziliani, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro Expandido da Operação Urbana; Severina R. A. da Silva, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro Expandido da Operação Urbana. No decorrer da reunião, a Coordenação registrou ainda a presença dos seguintes representantes: Lucas De Moraes Coelho, representante suplente da Secretaria Municipal das Subprefeituras; Dulcinéa Pastrello, representante titular da ONG - Instituto Rogacionista Santo Aníbal; Adriana Patrícia Bogajo, representante suplente da ONG - Instituto Rogacionista Santo Aníbal; Luciana Moreira, representante titular Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB/SP; Beatriz Messeder Sanches, representante suplente dos Empresários com Atuação na Região - ACSP; e Edson Morais dos Santos, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro Expandido da Operação Urbana. Feita a verificação de presença e constatada a existência de quórum para o prosseguimento dos trabalhos, passa ao item II do Expediente, a Coordenação deu posse aos membros eleitos do Grupo de Gestão da OUC Água Branca, nomeados conforme portaria 146 de 26 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da Cidade em 27 de abril de 2022, Processo SEI 7810.2020/0000281-1, a saber a) Representantes de moradores ou trabalhadores do perímetro da Operação Urbana Consorciada: Titular: ANA CAROLINA PEREIRA DOS SANTOS Titular: JUPIRA CAUHY Titular: MARCIA FERREIRA DA SILVA 1º Suplente: CAIO BOUCINHAS 2º Suplente: VAGO 3º Suplente: VAGO b) Representantes de moradores ou trabalhadores do perímetro expandido da Operação Urbana Consorciada: Titular: SEVERINA RAMOS AMARAL DA SILVA Titular: EDSON MORAIS DOS SANTOS 1º Suplente: MONICA FATIMA ZILIANI 2º Suplente: CELSO SANTOS CARVALHO; c) REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS COM ATUAÇÃO NA REGIÃO; Instituto Rogacionista Santo Aníbal: Titular: DULCINEA PASTRELLO Suplente: ADRIANA PATRÍCIA BOGAJO; d) REPRESENTANTES DAS ENTIDADES PROFISSIONAIS, ACADÊMICAS OU DE PESQUISA COM ATUAÇÃO EM QUESTÕES URBANAS E AMBIENTAIS; Titular: Instituto dos Arquitetos do Brasil: Representante: LUCIANA GUIMARÃES MOREIRA Suplente: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo FAU/USP Representante: PAULA FREIRE SANTORO; e) REPRESENTANTES DOS EMPRESÁRIOS COM ATUAÇÃO NA REGIÃO; Titular: Associação Comercial de São Paulo: Representante: BEATRIZ MESSEDER SANCHES JALBUT Suplente: Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias - ABRAINC: Representante: VLADIMIR JOSÉ ISZLAJI f) REPRESENTANTES DE MOVIMENTO DE MORADIA COM ATUAÇÃO NA REGIÃO; Associação dos Trabalhadores Sem Teto da Zona Oeste: Representante Titular: MARIA ELENA FERREIRA DA SILVA Representante Suplente: SEVERINA DA SILVA SOUZA. O senhor José Armênio, Coordenador do Grupo de Gestão, e o Sr. Senhor Sergio, Gerente de Gestão Participativa cumprimentam, dão boas-vindas aos eleitos/as para o Grupo de Gestão e desejam um bom trabalho para o próximo período. Seguindo para o item III do Expediente referente a aprovação da ata da 32ª Reunião Ordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca, realizada em 21 de março de 2022. Consulta os presentes sobre correções e, não havendo manifestações, fica a ata da 32ª Reunião Ordinária aprovada por unanimidade. Encerrado o expediente passa-se ao item I da Ordem do Dia, Aspectos Financeiros, **Sr. Odair Jose Marchetti Junior**, Gerente Financeiro da SPUrbanismo, cumprimenta a todos e todas e passa a apresentar o item l.a. Quadro Financeiro, demonstrando a evolução no período de Janeiro a Abril de 2022. Fundo de Outorga Onerosa estava com Saldo (R$ 724.035.051) e evolução (R$ 5.611.202), representando de despesa (R$ 53.934) no período, utilizada para estudos ambientais do projeto Prolongamento da Av. Mario de Andrade. Demonstra que o Fundo de CEPAC, apresentava em abril de 2022 saldo de receita (R$ 12.602.209), evolução desde janeiro (R$ 105.752); alteração nos investimentos em "outros agentes" (R$ 883); saldo em conta corrente em abril (R$ 4.284.811) e saldo projetado (R$ 262.083). l.b) Execução Orçamentária, apresenta restos a pagar de 2021, orçamento inicial (R$ 122.627.539) e liquidado à pagar (R$ 1.912.282). Destaca que o prazo final para pagamento dos restos é dia 30/06/2022. Evolução dos restos (R$ 156.286,66), saldo a liquidar (R$ 1.755.955,58). l.c. Planejamento 2022, apresenta o orçamento estimado (R$ 50.250.612), reservado (R$ 5.913.591,80) e empenhado (R$ 397.288.58). **Sra. Jupira Cauhy**, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana, solicita que seja dito para o que quais projetos são as reservas dos valores citados. **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, entende que são os projetos do Subsetor A1, Projetos de Drenagem do Córrego Água Branca, Projeto de Prolongamento da Avenida Auro Soares de Moura Andrade, já determinados por lei. **Sra. Maria Teresa Stape Affleck,** Assessora da Presidência da SPUrbanismo, cumprimenta a todos e complementa com os processos Projeto Executivo dos Córregos Sumaré e Água Preta e a previsão do Trabalho Social, finalizando os cinco processos reservados para 2022. **Sr. Sergio Cordeiro de Andrade**, Gerente de Gestão Participativa da SPUrbanismo, faz breve informe sobre o andamento das intervenções, relatando que em 14/06/2022 foi publicado Sem Efeito o Despacho Autorizatório para contratação de empresa para execução de serviço de topografia para subsidiar o projeto de Intervenção Urbana Água Branca. O Sr. Presidente da SPUrbanismo analisou o conjunto de informações e ponderações recebidas da Sociedade Civil e após parecer jurídico e manifestação técnica procedeu com a anulação do despacho. Passando ao item II.a da Ordem do Dia, **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi**, representante titular da São Paulo Obras, cumprimenta a todos e informa o andamento das intervenções sob responsabilidade de SPObras. Inicia com o Prolongamento da

Assinado digitalmente no padrão ICP-Brasil, nos termos do Decreto 62.177 de 24/02/2023, por ANGELO ANTONIO TIBURCIO MOTA - RF 727.806.3, em 13/04/2023 04:00.

Avenida Auro Soares de Moura Andrade (SEI 7910.2020/0000473-7), informando que está em andamento Contrato 070/SIURB/2021 (EGIS) assinado em 01/12/21 e OS de 06/12/21, e que estão sendo feitas tratativas com a Comissão de Monitoramento das Concessões e Permissões - CMCP da STM sobre as compatibilizações de projeto; que o contrato está em atraso devido à falta de liberação da área da CPTM para programação do serviço de topografia e sondagens, impactando na baixa execução orçamentária e no contrato ambiental que dependem do andamento do projeto.. Destaca que para o material expropriatório, SIURB assinou os contratos validando a Ata de Registro de Preços disponibilizando a adesão gerando contrato específico para o Prolongamento da Avenida Auro Soares de Moura Andrade. O projeto inicial do prolongamento da Avenida Auro era compatível com o do Governo do Estado na época, Linhas 7, 8 e de cargas existentes. Hoje o panorama mudou, as linhas existentes foram remanejadas, tem uma nova linha (TIC) que será implantada entre as Linhas 7 e 8. Apresenta um mapa com um acerto de projeto mostrando o quanto esses remanejamentos de linhas interferem no prolongamento da Avenida Auro. O projeto desde o início prevê uma obra grande, com remanejamento de linha de trem para abrir espaço para o viário e agora a nova Linha TIC também passar na área. O desafio é ajustar tudo isso em um projeto final e o cronograma da obra, cada linha será remanejada antes da outra, por entidades diferentes. O projeto tem que ser compatível e alinhado em todas as etapas, dificultando ainda mais a aprovação final. A primeira etapa da obra, ainda em análise, será uma passarela próximo da Rua Carijós, passando sobre a Linha 8 remanejada, cruzando em nível a Linha 7 direto para a Estação Água Branca. O planejamento da SPObras é de finalizar o projeto e licitar a obra antes do projeto de obra do Governo do Estado. **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, sugere um contato com a SPUrbanismo que está desenvolvendo um PIU no entorno da estação Água Branca por solicitação do Metrô, para uma integração entre as obras. **Sra. Jupira Cauhy**, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana, questiona se o PIU a que o Sr. José Armênio se refere não é o Barra Funda. **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi**, sugere verificar a informação e segue apresentando imagens não definitivas, das possibilidades do prolongamento da Avenida Auro. Sra. Beatriz Messeder Sanches, representante dos empresários com atuação na região, pergunta se a CPTM se manifestou formalmente do porquê da demora no agendamento da liberação. **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi**, esclarece que a CPTM se manifestou autorizando a liberação, mas devido a Linha 6 estar em funcionamento e muitas entidades estudando a região e solicitando fazer topografia, além das paralizações para manutenção da linha, o agendamento ainda não pode ser feito. **Sra. Jupira Cauhy**, agradece pela apresentação, demonstra preocupação com a importância da transposição das pessoas na passarela e solicita maiores esclarecimentos sobre o Túnel da Avenida Santa Marina, como será a chegada dele por se tratar de uma região tombada e por ter uma escola. **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi**, pede que a Sra. Jupira posteriormente entre em contato para marcar uma reunião na SPObras para mostrar detalhes do projeto. **Sra. Jupira Cauhy**, pergunta se com a reestruturação e tabelas de SIURB com novos valores, é possível os recursos orçamentários do fundo de outorga já reservados serem insuficientes. **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi**, esclarece que a resposta terá que ser após a evolução do projeto, hoje o panorama é desfavorável devido aos índices da construção civil estarem acima da inflação. **Sra. Jupira Cauhy,** solicita que a SP Urbanismo verifique se com os ajustes das obras das 728 HIS, Drenagem Complementar dos Córregos Água Preta e Sumaré e do projeto do prolongamento da Av. Auro, os recursos atuais disponíveis no fundo de outorga são suficientes. **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, aponta para a necessidade de as decisões serem concluídas para medir o impacto sobre os recursos. **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi**, sugere reavaliar após a consolidação dos projetos básico e executivo, considerando que a tendência é o valor subir. **Sra. Dulcineia Pastrello**, representante do Instituto Rogacionista Santo Anibal, demonstra preocupação com o túnel sob a via férrea e como vai ser travessia de pedestres que hoje é feita pela atual passarela, muito usada por trabalhadores, estudantes da UNIP e principalmente por crianças, por ter duas escolas estaduais depois da linha férrea. **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi**, diz que estão bem atentos a esse assunto, solicitou para a Sra. Jupira algumas informações sobre as escolas, estão estudando alternativas e propôs para a Sra. Dulcinea agendar uma reunião técnica para detalhar mais o assunto e passa a apresentar as obras de drenagem dos Córregos Sumaré e Água Preta, as tratativas em curso com a Secretaria dos Transportes Metropolitanos do Governo do Estado sobre a Linha 6 Laranja. A Linha Uni, concessionária da Linha, alterou o Projeto da Estação Pompéia na Rua Venâncio Aires, trecho onde estava prevista a passagem da Galeria. A SPObras, fez muitos estudos no local e a alternativa que a área técnica criou é com a Galeria passando dentro do terreno da estação, visualizado no mapa apresentado. O espaço para a galeria e para a obra está reservado. O que está em negociação é a execução, pela concessionária, do trecho da galeria dentro da área da estação. Informa que foi solicitado para a Linha Uni a doação do projeto executivo, e com isso, a SP Obras ganhar o tempo de uma licitação, pois ela teve que ser parada para ajustes do projeto, mas por impasses jurídicos, isso não prosperou. Espera em breve publicar a licitação e segue mostrando os mapas e descrevendo os ajustes do projeto. **Sra. Jupira Cauhy**, mostra preocupação pergunta sobre o planejamento do fechamento das vias para realização da obra, uma vez que o local é o ponto mais crítico da Avenida Pompéia e entorno, pela sobrecarga dos eventos realizados na Arena Allianz Parque. **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi,** avalia que na proposta atual, com valas abertas de extensão menor, e dentro da praça, serão menos interdições do que estava previsto antes, e que já no início do detalhamento do projeto pode ser feito um plano com a CET para planejar interdições e desvios. Informa que a perspectiva atual é montar a licitação do projeto do Córrego Água Preta incluindo o trecho do Córrego Sumaré com previsão para agosto/2022. Responde à pergunta da Sra. Jupira Cauhy sobre prazos informando que a previsão são 2 meses para preparar material, 4 para licitar; 6 meses para elaborar e depois publicar a licitação da obra, em meados de 2023, buscando realizá-la antes das chuvas. Sobre o projeto de drenagem do Córrego da Água Branca informa que foi finalizado material para licitação, termo de referência e orçamento, com revisão e contribuições ao TR pela SPUrbanismo, e o valor está dentro do aprovado na Resolução do Grupo de Gestão da OUCAB nº 002/2020 (R$ 1.943.357,94). Informa que a previsão é publicar a licitação em julho/22. Descreve que a licitação fará estudos da bacia, chuva, topografia, redes existentes, vai calcular o tamanho da canalização, o sistema de proteção do remanso do rio Tietê, o sistema de bombeamento, se o córrego vai ser gabião ou sistema pré-moldado. Com isso, mudará a configuração das margens; será refeito toda a pavimentação da Rua José Nelo Lorenzon, será feito paisagismo e urbanismo determinados pela SP Urbanismo para um maior aproveitamento do futuro Parque Linear Córrego Água Branca. **Sra. Jupira Cauhy**, pergunta se o estudo da bacia prevê o trajeto da Avenida Santa Marina. **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi**, responde que o estudo será feito da bacia toda até a Avenida Auro Soares de Moura Andrade, vai avaliar todas as galerias existentes na bacia. Acrescenta que a saída da drenagem do túnel sob a linha férrea será na bacia e para isso está previsto em contrato uma nova galeria. **Sra. Dulcineia Pastrello**, solicita maiores esclarecimentos sobre a pavimentação que será refeita na Rua José Nelo Lorenzon. **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi**, está sendo considerado o trecho desde a Marginal Tietê, ladeando a comunidade. Na sequência, apresenta informações sobre o Projeto de Ligação Viária Pirituba-Lapa. Retoma que o Ministério Público entrou com uma ação civil pública contra a PMSP argumentando que foram realizadas muitas mudanças no projeto da ligação viária e a Justiça acatou e suspendeu a licença ambiental da obra. A Prefeitura recorreu alegando que os estudos realizados contemplam o que foi incorporado. Em segunda instância, o TJ nomeou um perito judicial que realizou reuniões com SP Obras e solicitou alguns dados, que já foram enviados e agora SP Obras aguarda o laudo que vai auxiliar o Juiz a decidir sobre a retomada da obra. **Sra. Jupira Cauhy** pergunta sobre o desenvolvimento das demais etapas do projeto de Ligação Viária, como o alargamento da Avenida Raimundo Pereira de Magalhães e a passagem de nível e sobre a situação dos materiais da obra iniciada. **Sra. Antonia Ribeiro Guglielmi**, responde que como o contrato está paralisado, o desenvolvimento das etapas também está parado. Relata que algumas obras emergências foram solicitadas judicialmente e foram liberadas e outras não foram autorizadas, como o pedido para concretar o pilar que está com a ferragem exposta. Afirma que se perde material e algumas áreas já iniciadas deverão ser demolidas e refeitas. Segue-se no item II.a da Ordem do Dia, com apresentação do andamento das intervenções do Subsetor A1. **Sra. Marilú Moura Motta Postól,** Gerente de Orçamento, Controle de Contratos e Avaliação Imobiliária da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo - COHAB/DITEC/GORCT, informa que em 18 de maio foi feita a publicação de reabertura do Edital de licitação das 728 HIS, com prazo de entrega das propostas para 21/07/2022. Apresenta cronograma com previsão de assinatura do contrato e início das obras em outubro/2022, entrega dos projetos em abril/2023 e a entrega das Unidades Habitacionais até setembro/2024. Alerta que é uma previsão de datas baseada no prazo de entrega de propostas, havendo algum recurso essas datas serão alteradas. **Sra. Marcia Ferreira da Silva**, representante dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro Expandido da Operação Urbana, cumprimenta a todos e pergunta se a COHAB tem pronto o projeto para retirada da caixa d'água e da cabine de energia elétrica. Registra que há 13 anos as famílias que serão atendidas estão aguardando as moradias, e que muitas já morreram, e sempre que são feitas apresentações sobre o andamento do projeto aparecem novos obstáculos. **Sra. Marilú Moura Motta Postól,** esclarece que o remanejamento dessas interferências foi um dos questionamentos apresentados quando o edital foi aberto pela primeira vez e fez com que a COHAB suspendesse a licitação, revisasse o edital e incluísse no orçamento do projeto das HIS. A previsão é que o remanejamento será efetuado antes do início das obras, durante o período de elaboração do projeto executivo. **Sra. Jupira Cauhy**, informa que a Sra. Marcia será futura moradora do Subsetor A1, e como membro do Grupo de Gestão representa as demais famílias que irão morar nas HIS. Pede para a COHAB e SP Urbanismo informar sobre o encaminhamento da solicitação ao Ministério Público da diferença do valor maior do orçamento das obras em relação ao que foi liberado e informações sobre as providências junto à CET para desmobilização e descomissionamento do Subsetor A1. **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, informa que a avaliação sobre a necessidade ou não de solicitar ao Juiz a liberação de mais recursos da OUCAB será feita após a análise das propostas apresentadas pelas empresas. Sobre a desmobilização e descomissionamento, as últimas informações foram as dadas pela SPUrbanismo em Março/2022. **Sra. Marilú Moura Motta Postól,** informa que a COHAB foi até o local para analisar o remanejamento das interferências e não tratou da desmobilização. **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, complementa que o plano de desmobilização será efetivado acompanhando a data prevista para entrega dos projetos Abril/2023, apresentada pela Sra. Marilú Moura. **Sra. Jupira Cauhy** pede informações atualizadas sobre o desenvolvimento e licenciamento dos demais projetos do Subsetor A1 e considerando a resposta do Sr. José Armênio de que não há novas informações, solicita o agendamento de uma reunião de comissão técnica do Subsetor A1 para atualização desses pontos ao Grupo Gestor. Finalizando o Item II da pauta, o **Sr. Luca Otero D Almeida Fuser**, antropólogo representante da Secretaria Municipal da Cultura 200 - SMC, cumprimenta a todos e passa a apresentar o andamento da contratação do Levantamento do Patrimônio Cultural do Perímetro da OUCAB. Informa que a SMC disponibilizou a antiga Minuta do Edital do Termo de Referência para consulta pública, houveram alguns retornos que não alteram o substancial do que foi elaborado pela Comissão Técnica e a devolutiva está sendo consolidada e em seguida será dado prosseguimento para a contratação do Levantamento do Patrimônio Cultural. **Sra. Jupira Cauhy**, pergunta se existe algum parâmetro de valor. **Sr. Luca Otero D Almeida Fuser**, informa que é necessária uma atualização inflacionária sobre o valor comunicado anteriormente. Agradece as contribuições recebidas para a realização da consulta pública. Dando sequência à pauta no Item III Informes, Contratação do Estudo de Viabilidade Econômica e Financeira - EVEF, **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, considera como prioridade a contratação do EVEF, e o processo pode ser iniciado mediante informações sobre o andamento da ADIn. **Sr. André Gonçalves dos Ramos,** informa que o Processo SEI que se refere ao EVEF está aberto para consulta. Dando sequência nos Informes, sobre a complementação da liberação de recursos de outorga e situação da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN Lei Municipal nº 17.561/2021, 215 o **Sr. Daniel Wasem Quesada**, Gerente Jurídico da SPUrbanismo, cumprimenta a todos, informa que até o momento não teve andamento na ADIn com relação ao mérito. O Judiciário decidiu negativamente quanto ao ingresso do SINDUSCON/SP, do SECOVI/SP e da ABRAINC na participação da ação podendo influenciar na decisão. Processo aguarda concluso no Gabinete do Desembargador Relator. Quanto à liberação dos (R$ 15.526.102,32) do fundo de Outorga da OUCAB que corresponde a 4% do valor das obras, informa que no começo de abril/2022 reiterou ao Judiciário o pedido de liberação e em junho/2022 o Judiciário autorizou. Quanto ao item Retorno sobre a reserva de recursos destinados à aquisição de terras, informa que a Assessoria Jurídica da SPUrbanismo deu parecer, o acesso ao processo está liberado para todos, e a conclusão foi que o Grupo de Gestão não deixa claro o objeto de uso e se não for nenhum dos casos possíveis de HIS seria inviável, caso seja vinculado a habitação no sentido amplo, a Lei Municipal nº 15.893/13, arq.12 define a segregação de duas contas específicas dos valores arrecadados com a venda de CEPAC, parte para a conta geral e parte para habitação. O Tribunal de Contas da União entende que essa operação tem que ser feita no momento da arrecadação e isso sempre é feito, separa-se 22% para a Conta de Habitação e destes são separados 35% especificamente para aquisição de terreno. **Sra. Jupira Cauhy**, agradece a apresentação e pergunta se está correta a compreensão de que os (R$ 700.000,00) que estão reservados poderão ser liberados para uso quando for resolvida a ADIn da Lei 17.561/2021 e o **Sr. Daniel Wasem Quesada** afirma que a compreensão está correta. Passando para o informe sobre as áreas públicas do Setor A, **Sr. Daniel Wasem Quesada**, esclarece que o Projeto de Lei 282/2021 já se tornou Lei 17.813/2022 e traz dois impactos para o plano urbanístico do Subsetor A1, um deles é a desafetação de área de faixa de servidão pública ante o leito do Rio Tietê, que estava previsto no PL anterior, e foi vetado pelo prefeito. **Sra. Jupira Cauhy**, pede esclarecimentos sobre a desafetação desta área, proposta no PL aprovado em dezembro/21, ter sido vetada pelo prefeito em janeiro/22, com a justificativa que a área já estava destinada para a OUCAB e nesta nova Lei a desafetação foi mantida. **Sr. Daniel Wasem Quesada**, esclarece que nos termos jurídicos, a desafetação do bem não significa que terá uma destinação contrária, é um processo administrativo com manifestação das áreas envolvidas. **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, complementa que, como Coordenador da OUCAB, está preparando um documento que será enviado ao CGPATRI com justificativa técnica solicitando a não autorização de concessão das áreas por estarem compromissadas com a OUCAB e isso inclui a área autorizada por decreto a escola de samba Vai-Vai. **Sra. Maria Elena Ferreira da Silva**, representante da Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste, parabeniza o Sr. José Armênio pelo posicionamento com relação as áreas do Setor A e solicita acompanhamento do Grupo Gestor ao encaminhamento que esse documento será dado para que a comunidade se manifeste junto ao Sr. Prefeito.

Dando sequência a apresentação, **Sr. Daniel Wasem Quesada** retoma a apresentação feita na reunião anterior do Grupo de Gestão, onde discorreu que embora a lei que concedeu "permissão de uso" para escolas de samba, preveja um período mínimo de 40 anos, a prefeitura tem um entendimento, com fundamento na Lei Orgânica do Município, que permissões de uso tem prazo indeterminado, é de natureza precária podendo ser revogada a qualquer momento. Por mais que a lei tenha previsto a inclusão da escola de samba Vai-Vai no rol de terrenos que seriam objeto de permissão por 40 anos, a permissão de uso não sairia por 40 anos. Informa que a mudança que se dá com o PL 282/21 aprovado, é a alteração do "caput" do artigo 15 da Lei Municipal 17.245/19 de permissão de uso para concessão administrativa dos terrenos, que podem ter prazo determinado. Justifica que por isso, a manifestação que está sendo elaborada pelo Sr. José Armênio sobre o terreno de servidão pública ante o rio Tietê também vai incluir a Vai-Vai, a Mancha Verde etc. para que se entenda que uma concessão de uso por 40 anos ao invés de uma permissão de uso por prazo indeterminado tem um impacto grande no plano urbanístico do Subsetor A1. **Sra. Jupira Cauhy**, pede esclarecimentos sobre a desafetação desta área, proposta no PL aprovado em dezembro/21, ter sido vetada pelo prefeito em janeiro/22, com a justificativa que a área já estava destinada para a OUCAB e nesta nova Lei a desafetação foi mantida. **Sr. Daniel Wasem Quesada**, esclarece que nos termos jurídicos, a

Assinado digitalmente no padrão ICP-Brasil, nos termos do Decreto 62.177 de 24/02/2023, por ANGELO ANTONIO TIBURCIO MOTA - RF 727.806.3, em 13/04/2023 04:00.

desafetação do bem não significa que terá uma destinação contrária, é um processo administrativo com manifestação das áreas envolvidas. **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, complementa que, como Coordenador da OUCAB, está preparando um documento que será enviado ao CGPATRI com justificativa técnica solicitando a não autorização de concessão das áreas por estarem compromissadas com a OUCAB e isso inclui a área autorizada por decreto a escola de samba Vai-Vai. **Sra. Maria Elena Ferreira da Silva**, representante da Associação dos Trabalhadores Sem Terra da Zona Oeste, parabeniza o Sr. José Armênio pelo posicionamento com relação as áreas do Subsetor A1 e solicita acompanhamento do Grupo Gestor ao encaminhamento que esse documento será dado para que a comunidade se manifeste junto ao Sr. Prefeito. Dando sequência a apresentação, **Sr. Daniel Wasem Quesada** retoma a apresentação feita na reunião anterior do Grupo de Gestão, onde discorreu que embora a lei que concedeu "permissão de uso" para escolas de samba, preveja um período mínimo de 40 anos, a prefeitura tem um entendimento, com fundamento na Lei Orgânica do Município, que permissões de uso tem prazo indeterminado, é de natureza precária podendo ser revogada a qualquer momento. Por mais que a lei tenha previsto a inclusão da escola de samba Vai-Vai no rol de terrenos que seriam objeto de permissão por 40 anos, a permissão de uso não sairia por 40 anos. Informa que a mudança que se dá com o PL 282/21 aprovado, é a alteração do "caput" do artigo 15 da Lei Municipal 17.245/19 de permissão de uso para concessão administrativa dos terrenos, que podem ter prazo determinado. Justifica que por isso, a manifestação que está sendo elaborada pelo Sr. José Armênio sobre o terreno de servidão pública ante o rio Tietê também vai incluir a Vai-Vai, a Mancha Verde etc. para que se entenda que uma concessão de uso por 40 anos ao invés de uma permissão de uso por prazo indeterminado tem um impacto grande no plano urbanístico do Subsetor A1. **Sra. Jupira Cauhy**, solicita esclarecimentos sobre a concessão de uso dada a escola de samba Águia de Ouro que ocupa área do Subsetor A1 como um CDC - Clube da Comunidade, da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer - SEME. Manifesta preocupação com o local a ser cedido a Vai-Vai em uma área pública onde funciona um galpão de reciclagem de resíduos sólidos da cidade de São Paulo. Reitera o posicionamento das/os representantes da sociedade civil de que essas áreas públicas para as quais existem projetos previstos na Lei da OUCAB não devem ser cedidas sob nenhuma hipótese e entende que a gestão da OUCAB pela SMUL e SP Urbanismo deve ser feita da área inteira e não aos poucos como vem sendo feito. **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, reitera sua posição com relação a manifestação pública ao CGPATRI se opondo a concessão das áreas as escolas de samba. Segue apresentando mapa apontando os locais destinados a operação urbana e as escolas de samba. Tendo sido alcançada a duração de duas horas prevista no Regimento Interno do GGOUCAB, **Sr. André Gonçalves dos Ramos** consulta os presentes sobre a possibilidade de continuidade da reunião, para concluir a pauta. Não havendo manifestações em contrário. **Sra. Bruna Maria de R. F. Almansa Lopes**, representante da SPUrbanismo, esclarece no mapa apresentado a área destinada pelo decreto para a escola de samba Vai-Vai e a área atualmente ocupada pela escola de samba Águia de Ouro. Seguindo a apresentação dos informes, **Sr. Marc Zablith**, Assessor da Gerência Jurídica da SPUrbanismo, informa que na década de 80 foram cedidas as áreas para o CT do São Paulo Futebol Clube e o CT da Sociedade Esportiva Palmeiras. O CT do São Paulo foi cedido em Janeiro/1983, por 40 anos com contrapartida, que não foram cumpridas e, em dezembro/2021, a contrapartida da lei foi substituída por outra que prevê a construção de dois Centros de Educação Infantil - CEI, uma na região do Grajaú, outro em São Matheus. Essa obrigação deverá ser cumprida até Março/2023 salvo apresentação de justificativa. A área cedida ao CT do Palmeiras em Junho/1988 também por 40 anos e até o momento não tem tramitação de processos referente a renovação. **Sra. Jupira Cauhy**, reitera o pedido já formulado para correção das informações de CGPATRI no acompanhamento da LAP da OUCAB, sobre os prazos e cumprimento das contrapartidas da cessão de áreas públicas da OUCAB para empresas e a necessidade de pautar a discussão da gestão da OUCAB, que prevê a devolução das áreas públicas após a finalização dos 40 anos de cessão de uso para a SE Palmeiras e para o SPFC, áreas verdes que devem ser incorporadas ao parque do Setor A. **Sr. Marc Zablith**, concorda que os fatos apontados são relevantes. Os processos não tramitam pela SPUrbanismo para esclarecimentos do andamento. **Sr. Daniel Wasem Quesada,** apresenta uma imagem do perímetro previsto para o Projeto de Intervenção Urbana Polo Intermodal Barra Funda - PIU, que abarca o Setor H da OUCAB e áreas do entorno. **Sra. Jupira Cauhy**, manifesta que não considera que foi feita uma apresentação do projeto, pois foi feita apenas uma apresentação do perímetro e pede que a SP Urbanismo envie os documentos com informações ao Grupo de Gestão, para conhecimento e questionamentos, pedido de informações detalhadas reiterado pela **Sra. Severina Silva**, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro Expandido da Operação Urbana. **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, esclarece que o projeto do PIU ainda não foi concluído por isso não foram dadas maiores informações. **Sra. Jupira Cauhy** solicita que os documentos enviados na convocatória do Grupo de Gestão para as reuniões, sejam anexados ao e-mail de maneira mais simples, pois nem todos os integrantes conhecem ou dispõem de recursos para baixá-los por aplicativos ou nuvem. É apresentada a solicitação de representantes da sociedade civil para a retomada das reuniões presenciais, uma vez que as atuais reuniões virtuais pela plataforma *Microsoft Teams* impedem uma efetiva participação de alguns membros do grupo de gestão e de pessoas interessadas. **Sr. José Armênio de Brito Cruz** apresenta discordância entendendo que as reuniões presenciais ainda não são seguras. **Sra. Jupira Cauhy**, registra que não foram apresentadas as informações solicitadas sobre o andamento do processo de desapropriação do terreno da Rua Capitão Teixeira Nogueira. **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, propõe encerrar a reunião. Não havendo manifestações em contrário, agradece pela presença e contribuições de todos, encerrando os trabalhos às 19h38.

Documento: 081230904 | Ata

SEI 7810.2020/0000114-9

ATA DA 28ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO DE GESTÃO DA OUC ÁGUA BRANCA

Às 17h14min, do dia 17 de outubro de 2022, excepcionalmente por videoconferência, por meio da plataforma *Microsoft Teams*, **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, na qualidade de Coordenador do Grupo de Gestão, toma a palavra, cumprimenta cordialmente os presentes e inicia, em primeira chamada, a 28ª Reunião Extraordinária do Grupo de Gestão da Operação Urbana Consorciada Água Branca - OUCAB. Segue com a apresentação da pauta proposta: Expediente: I. Verificação de Presença; Ordem do Dia: I. Apresentação da proposta recebida para o desenvolvimento do Projeto de Intervenção Urbana - PIU Polo Barra Funda. O PIU Polo Barra Funda tem sua origem em uma Manifestação de Interesse Privado (MIP), apresentada pela Companhia Metropolitana de São Paulo (METRÔ) e pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Link da Consulta Pública sobre o PIU Polo Barra Funda. Informes: I. suspensão da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN nº 2182422 - 74.2021.8.26.0000. **Sra. Mahryan Sampaio Rodrigues**, Assessora da Gerência de Gestão Participativa da São Paulo Urbanismo - SPUrbanismo, faz a verificação de presença, constando os seguintes representantes: José Armênio de Brito Cruz, representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL, na qualidade de Coordenador do Grupo de Gestão, iniciou a reunião às 17h12. Expediente: I) **Sra. Mahryan Sampaio Rodrigues**, Assessora da Gerência de Gestão Participativa da SPUrbanismo, fez a verificação de presença, constatando os seguintes representantes: José Armênio de Brito Cruz, representante titular da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento - SMUL; Hugo Louro e Silva representante titular da São Paulo Urbanismo, Denise Maria Saliba Dias Gomes, representante suplente da Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito - SMT; Erika Valdman, representante titular da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente - SVMA; Antônia Ribeiro Guglielmi, representante titular da São Paulo Obras - SPObras; Luciana Guimarães Moreira, representante titular de Entidades Profissionais, Acadêmicas ou de Pesquisa - IAB; Paula Freire Santoro, representante suplente de Entidades Profissionais, Acadêmicas ou de Pesquisa - FAU-USP; Beatriz Messeder Sanches, representante titular dos Empresários com Atuação na Região - ACSP; Jupira Aparecida Cauhy, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana; Marcia Ferreira da Silva, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana; Caio Boucinhas, representante suplente dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana; No decorrer da reunião a Coordenação registrou, ainda, a presença dos seguintes representantes: Dulcinéia Pastrello, representante titular da ONG - Instituto Rogacionista Santo Aníbal; Adriana Patrícia Bogajo, representante titular da ONG - Instituto Rogacionista Santo Aníbal; Severina Ramos do Amaral da Silva, representante titular dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro Expandido da Operação Urbana; Maria Elena Ferreira da Silva, representante titular da Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste e Celso Santos Carvalho, representante suplente dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro Expandido da Operação Urbana. Seguindo na Ordem do Dia para a apresentação da proposta de Desenvolvimento do Projeto de Intervenção Urbana - PIU Polo Barra Funda houve uma introdução feita pela **Sra. Anna Carvalho de Moraes Barros**, Analista de Desenvolvimento da Gerência de Planejamento Urbano da São Paulo Urbanismo, esclarecendo que uma proposta de ente privado deve ser realizada por uma Manifestação de Interesse Privado (MIP) conforme artigo 8º do decreto 56.901/2016, cabendo a SPUrbanismo analisar tal propositura verificando sua viabilidade, informou que houve um protocolo de intenções via SEI nº 6066.2020/0002540-8, visando implementações de ações voltadas a confecção do Projeto Polo Intermodal Barra Funda pelo Metrô, tendo este a intenção de promover a ampliação e requalificação do terminal, a restruturação fundiária, do sistema viário e dos espaços público do entorno, sendo que de janeiro a junho de 2021 começaram as reuniões técnicas entre o Metrô e a SPUrbanismo, para abordar os pontos do projeto, em julho de 2021 houve a consolidação da MIP com um parecer favorável da UNESP proprietária de uma das áreas envolvidas neste processo, em setembro de 2021 houve a celebração de convênio, em uma reunião entre a CPTM e a SPUrbanismo, sendo que de setembro de 2021 a maio de 2022, com a participação dos atores deste entorno, restou a elaboração e assinatura do referido convênio, publicado em Diário Oficial em 28.05.2022 DOC. Informou que utilizou o setor "H" da OUC Água Branca, para diagnostico de análise do estudo de viabilidade, definindo um perímetro inicial para o estudo do PIU, informou que o Convênio, que é o documento posterior a proposta de intenções, tem como participes a Cia. do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, a Cia. de Trens Metropolitanos - CPTM, e a SPUrbanismo, com o objetivo de cooperação técnica para viabilidade do PIU Barra Funda, sendo este ato distinto do objetivo da etapa anterior, e que seu prazo de vigência é de 12 meses prorrogáveis até a elaboração de um documento jurídico a ser encaminhado ao poder executivo ou ao legislativo, estes atos estão registrados através dos SEI's 7810.2021/0001103-0 e 7810.2022/0000482-6. Esclarece que PIU Privado é diferente de PIU Público devido a origem dos recursos, para tanto deve haver aprovação através dos atores Públicos, observando todo o processo democrático e legal para tanto, neste convênio cabe a SPUrbanismo a análise técnica dos documentos, produzidos pelos demais atores (Metrô e CPTM), verificando a viabilidade e o interesse social do projeto, através da análise dos pareceres e estudos técnicos, que deverão ser feitos pelas Companhias, devido ser um PIU Privado, mesmo sendo similar, ambos PIU's, tem fluxograma distintos visto a participação popular deve ser concentrada, primordialmente, nos primeiros atos de propositura do projeto, discorreu sobre o fluxograma das atividades e informou que estão disponíveis, todas as informações, nos sites da transparência, terminada sua apresentação a **Sra. Anna Carvalho de Moraes Barros** passou a palavra ao Sr. Luiz Antônio Cortez Ferreira, arquiteto do Metrô para apresentação da proposta do PIU, sendo que a **Sra. Jupira Cauhy,** representante dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro da Operação Urbana, pediu a palavra requerendo registrar que apesar do projeto datar de 2020 somente agora teve acesso as informações que são extensas, e devido a publicidade do processo ser falho requer a dilatação do prazo para estudos melhores e maiores esclarecimentos. **Sra. Paula Freire Santoro**, representante suplente de Entidades Profissionais Acadêmicas ou Pesquisa com Atuações Em Questões Urbanas e Ambientais, pediu esclarecimentos sobre PIU Público e Privado, por entende que PIU existe somente o Público, pediu esclarecimento sobre a participação do Gestão de Gestão nesse processo, salientou diversas dúvidas entre os processos serem públicos e não privados e qual seria o papel do grupo nesse processo em especial, a **Sra. Stela Da Dalt**, pediu, também, esclarecimento da diferença dos PIU's narrados e quais os interesses do público frente ao privado, A **Sra. Laisa Eleonora Marostica Stroher**, saúda a todos e pede esclarecimento sobre o gasto público com o estudo técnico obrigatório, a origem e destinos dos recursos envolvidos sendo eles públicos e privados, e por fim se existe exigência legal para realização do referido PIU, a **Sra. Carolina Heldt**, requereu esclarecimentos sobre a primeira fase da consulta pública e que vislumbra que houve uma não observância do interesse público, o **Sr. Caio Boucinhas**, representante suplente moradores ou trabalhadores do perímetro da operação urbana, disse que apesar dos conhecimentos do projeto, entende ser interessante fala de sua dificuldade de acesso as áreas, disse que muito se fala de mobilidade urbana e pouco de habitação, **Sr. José Armênio de Brito Cruz** pede a palavra e agradece a presença dos convidados, menciona sobre a dúvida do FUNDURB e explica que a SPUrbanismo é remunerada por este fundo, para os devidos estudos de territórios, por ser sua atribuição primária, , passada a palavra para **Sra. Anna Carvalho de Moraes Barros**, passou a esclarecer que o decreto pede no mínimo 20 dias e por isso iria verificar o pedido de prorrogação, reafirmou quanto ao FUNDURB o já narrado pelo **Sr. José Armênio de Brito Cruz**, e que a participação do Grupo de Gestão se dá pelo fato das intervenções serem feitas no âmbito da OUAB, que não existe utilização de fundos público e somente fundo privado, sendo regidos pela lei da operação urbana, sem utilização de outro instrumento legal a não ser os já existentes desde se verifique a necessidade e se faça adesão a proposta da operação urbana, com o acompanhamento do Gestão de Gestão, quanto a exigência legal do PIU se faz durante o estudo do projeto, se houver mudança de diretrizes precisa de projeto de lei, caso contrário somente um decreto de diretrizes, a **Sra. Jupira Cauhy** entende que o Gestão de Gestão tem um papel maior de participação, não sendo mero questionador que recebe informações do poder público, que gostaria após a apresentação, escutar as demais secretarias envolvidas quanto ao projeto para expor o que entende sobre o assunto e majorar a discussão; **Sr. José Armênio de Brito Cruz** entende que seria impossível, pois o processo está em seu início e que não se resolveria nesta reunião, pois se quer fora aprovado ainda, entende que após a apresentação é o início das tratativas, **Sr. Sergio Maranhão**, Gerente de Gestão Participativa da São Paulo Urbanismo, enaltece a participação de todos as contribuições, e requer, pelo adiantado da hora, que começasse a apresentação, após a apresentação de novos participantes recém integrados a reunião, O **Sr. Luiz Antônio Cortez Ferreira**, inicio sua apresentação, trazendo novos destaques, esclarece que as empresas públicas são independentes fazendo parte da administração indireta, que o processo já vem de longa data e que busca melhorias no setor do Polo Intermodal Barra Funda, com foco central na transposição de pedestres e ciclista, que precisa ser viável do ponto de vista financeiro e que serão custeados pelo Metrô e CPTM, que estas melhorias trariam desenvolvimento econômico para região e criação de empregos, esclareceu sobre as concessões e da impossibilidade de transferência para o setor imobiliário, por isso a intenção ser de intervenções não residenciais, apresentou alguns exemplos pelo mundo, já existentes, e afirma que a motivação maior seria a melhoria da interligação norte-sul para pedestres e ciclistas, rompendo barreiras da ferrovia e das ruas, além das condições para os veículos, dar visão ao Memorial da América Latina, respeitando o tombamento da região. O **Sr. Celso Santos Carvalho,** representante suplente dos Moradores ou Trabalhadores do Perímetro Expandido da Operação Urbana, pediu a palavra para opinar sobre a relevância da proposta e que obteve informações sobre os recursos que não serão onerados ao setor público, o tranquiliza quanto a viabilidade da proposta, e que observa que a região tem pouca oferta de residências para faixa de renda inferior a três salários, suscita a dúvida da necessidade do PIU para a implantação do projeto, **Sra. Paula Freire Santoro** solicita maiores esclarecimentos sobre o PIU e qual o interesse público que não ficou bem claro pois teve uma apresentação genérica, **Sra. Stela Da Dalt** reforça o já dito anteriormente e que o debate está prejudicado uma vez que o momento para intervenção publica é este, Sra. Jupira requer novo encontro para debate pois a reunião atingiu o teto de duração e existem inúmeras dúvidas já narradas por suas convidadas, **Sr. Luiz Antônio Cortez Ferreira** passa a responder as questões, contou das dificuldade de regularização das matriculas que jaz mais de quarenta anos e que as áreas não estavam abandonadas, que o PIU parece ser a via melhor para esta regularização e não sabe dizer se seria a única, que por ser concessão não vê possibilidades de uso residencial e a utilização comercial também atinge a função social e interesse público, e que estamos em fase de projeto não sendo o momento de dirimir todas as questões levantadas, **Sr. José Armênio de Brito Cruz** falou sobre o plano diretor de 2014 no artigo 134, que rege sobre a matéria que por si só já legitima a proposta, e que as contribuições de todos, a qualquer momento, ajudarão para o enriquecimento do projeto do PIU, **Sra. Jupira Cauhy** reiterou seu pedidos inicias, **Sr. José Armênio de Brito Cruz** e a **Sra. Anna Carvalho de Moraes Barros**, esclarecem, que a proposta não é um projeto do poder público e sim uma consulta para viabilizar o PIU, observando o interesse público, seguindo a ordem do dia passou-se aos informe, sobre a suspensão da Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADIN nº2182422-74.2021.8.26.0000; liberando a operação aos próximos passos da SPUrbanismo para formalização do leilão, **Sr. Hugo Louro e Silva** representante titular da São Paulo Urbanismo, informa que é o responsável pela realização de leilão e CEPAC na SPUrbanismo, e que com a suspensão da ADIN, irá publicar o EVF e que não há novas ações e sim atualizações do processo, **Marilú Moura Motta Postól,** Gerente de Orçamento, Controle de

Assinado digitalmente no padrão ICP-Brasil, nos termos do Decreto 62.177 de 24/02/2023, por ANGELO ANTONIO TIBURCIO MOTA - RF 727.806.3, em 13/04/2023 04:00.